


 JORNAL: *T. de Buci*

DATA: 13/09/93

CAD: 22

PAG: 2

 Assunto: *Habitação*

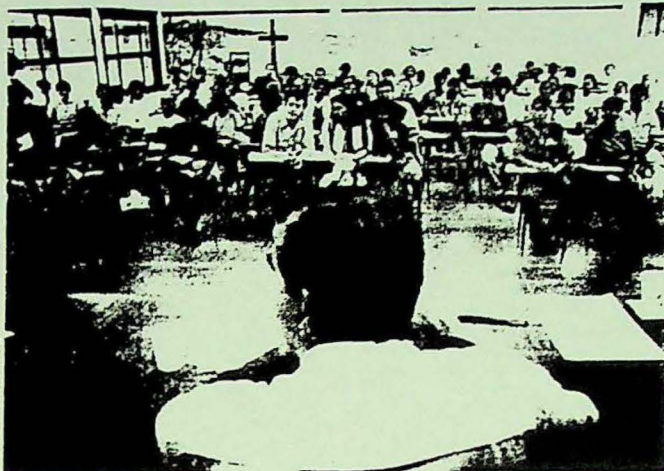
Arquidiocese e entidades populares discutem problemática da habitação

Antigamente, quem não tinha onde morar morava na areia, mas em Salvador as pessoas sem um teto digno ocupam palafitas, encostas e invasões em vários pontos da cidade, notadamente na periferia. A falta de moradia é um drama que atinge mais de 200 mil famílias na capital da Bahia, segundo dados oficiais, e outros milhares no País, levando a Igreja a se preocupar. Este ano, o tema da campanha da fraternidade — "Onde moras?" — aborda o problema, discutido no fim de semana no I. Seminário sobre Moradia, promovido pelas pastorais sociais da Arquidiocese de Salvador e outras entidades populares, nas instalações do antigo colégio das Doroteias, no Garcia.

De acordo com Maria Angélica Florisvaldo, membro da Iris Comunicação Popular e do Centro de Direitos Humanos D. Oscar Romero e também uma das coordenadoras do evento, um dos problemas mais cruciais de Salvador nessa área é a questão do arrendamento. A cidade convive com as invasões e loteamentos clandestinos, mas esses são aspectos que o poder público consegue contornar, ao contrário dos arrendamentos, afirma Maria Angélica.

Arrendamentos são longas faixas de terreno cuja posse é monopolizada por determinadas famílias seculares e ocupadas historicamente por pessoas que pagam o valor do arrendamento. Acontece que tais famílias não têm, geralmente, o título da propriedade, razão pela qual seu direito não é reconhecido pelos poderes públicos municipal e estadual.

Um exemplo é a família Catharino, citada por Maria Angélica, dona de praticamente todos os bairros de Pla-



Seminário aconteceu no Colégio das Doroteias, no Garcia

tatorma, Pirata e Engenho Velho da Federação. Os moradores das áreas arrendadas pleiteiam a legalização da posse em favor de quem efetivamente ocupa as áreas em questão. Grande parte das terras do município está hoje no patrimônio de empresas como a OAS, responsável por conflitos sociais delicados uma vez que a ocupação dessas áreas por grupos sem-teto muitas vezes contraria interesses econômicos. Nesse aspecto, Angélica Florisvaldo denuncia a política de expulsão de invasores para as áreas ao longo da avenida Suburbana, que está inchando sem que haja um programa de ocupação predeterminado, contemplando ações de saneamento básico e outros benefícios sociais.

Estima-se que a Suburbana tenha

cerca de 500 mil habitantes vivendo em submoradias, enquanto o poder público aponta em 200 mil unidades o déficit habitacional de Salvador. Para as entidades comunitárias, o número oficial não é real, posto que não leva em conta os ocupantes de palafitas e barracos de encostas e invasões. E que os critérios das pesquisas oficiais estabelecem que tais moradores tem efetivamente um teto, mesmo que seja de zinco ou papelão. Esses argumentos são parte dos assuntos discutidos no seminário da Arquidiocese, que resultará numa proposta conjunta dos segmentos envolvidos a ser encaminhada às instâncias governamentais cobrando a institucionalização concreta de uma política habitacional, no município, no estado, no País.